

RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO DA ADUFERPE SOBRE REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS

José Nunes da Silva (delegado - Recife)

Delegados: José Nunes da Silva e Hélio Cabral

Forma e data da escolha do delegado: Assembleia Geral realizada no dia 7 de fevereiro de 2013.

Denominação do evento: Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas

Organização do evento: CSP-Conlutas

Período de realização: 23 e 24 de fevereiro de 2013

Localidade do evento: São Paulo.

Conjuntura:

A reunião iniciou com o debate sobre o **Encontro Internacional do Sindicalismo alternativo e de base**, a ser realizado em Paris, nos dias 22, 23 e 24 de março de 2013. A CSP-Conlutas enviará uma delegação composta por 40 delegadas(os), que debaterão a conjuntura do trabalho no mundo e as crescentes investidas do capitalismo contra as(os) trabalhadoras(res), o que tem ocasionado, em diversas partes do mundo, desemprego, pobreza e perdas de direitos.

O segundo ponto de pauta, que demonstra claramente os impactos sobre a classe trabalhadora das mazelas do capitalismo, em sua fase imperialista, tratou das **Campanhas contra as Demissões: GM, NOVELIS, LIASA**, dentre outras empresas. A resolução retirada ao final da reunião repudia essas demissões, bem como reivindica a readmissão das(os) trabalhadoras(res) já penalizadas(os) por essas medidas.

O terceiro ponto de pauta tratou da **Análise de Conjuntura Internacional e Nacional** visando aprofundar os acúmulos para orientar as lutas. A primeira exposição, realizada pelo **Professor Paulo Rizzo** (ANDES-SN) destaca, utilizando imagens, os diversos discursos em torno de um suposto “fim da história” (Francis Fukuyama). Para Rizzo, tal teoria estaria negada, pois disputas políticas se espalham pelo mundo e mesmo com a derrubada do muro de Berlim, outros muros se erguem, dividindo povos e acentuando desigualdades.

Diante do discurso do fim da história, ou do insucesso das experiências socialistas concretas, Margaret Thatcher e Mikhail Gorbachev, como representantes do pensamento liberal anunciam que não há alternativa à economia globalizada e forçam por diferentes estratégias de convencimento, que esta é a única verdade.

Como consequência dessa imposição a crise estrutural se alastra e afeta todos os países do globo. Neste contexto de crise estrutural, os governos de “colaboração” de classes, como o do PT no Brasil, acabam por defender os interesses do capital financeiro e só

avançar em seus projetos políticos se a economia cresce, caso contrário as(os) trabalhadoras(res) “pagam a conta”.

No contexto de economias que crescem pouco, se cobra a conta das(os) trabalhadoras(res) e essas(es) resistem, resultando num conjunto de lutas, articuladas, inclusive, internacionalmente.

Este é o chamamento da CSP-Conlutas: para se envolver cada vez mais nessas lutas, faz-se necessário reforçar a concepção classista no movimento sindical brasileiro.

A segunda exposição traz a centralidade para as lutas no período no Brasil e destaca:

- 1) A importância de dinamizar o espaço de unidade de ação, inclusive nos estados;
- 2) a importância de se organizar, inclusive financeiramente, para participar da marcha do dia 24/04/2013 em Brasília;
- 3) a importância de disponibilizar recursos financeiros para viabilizar a participação de trabalhadoras(res) do entorno do Distrito Federal, na marcha, o que torna o custo menor;
- 4) a importância de designar equipes para organizar a marcha, estabelecendo, inclusive, metas para o número de participantes por sindicato.

Após essas explanações foi aberto um amplo debate com a plenária.

Como terceiro ponto, ocorreram reuniões dos setoriais da Central Sindical, a saber: **Setorial de Saúde do Trabalhador; Setorial LGBT; Setorial de Cultura; Setorial de Mulheres; Setorial de Educação; Setorial de Negras e Negros; Setorial do Serviço Público; Setorial de Aposentados e Setorial Petroleiros .**

Destacamos o relatório do Setorial do Serviço Público:

- **Concretizar a campanha pela anulação da reforma da previdência**
- **Intensificar a luta contra o fator previdenciário e a fórmula 85-95 (95-105)**

O Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais já deu a largada na luta pela anulação da reforma da previdência de 2003. Corre pelas redes sociais e está afixado pelos prédios públicos o cartaz com a consigna: “Reforma da Previdência comprada tem que ser anulada!”.

O cartaz é parte da campanha e chama os trabalhadores para lutar pela anulação do projeto que foi aprovado na base da compra de votos em um amplo esquema de corrupção, reconhecido pelo STF no julgamento do mensalão, que significou, inclusive, a condenação de várias figuras do primeiro escalão do governo Lula à época, dentre eles, José Dirceu e José Genuíno.

As iniciativas partem da agitação na base e seguem com um abaixo-assinado para ser trabalhado em bancas nos locais de trabalho e estudo, mas também na forma eletrônica, pela Internet. Também é parte da campanha a elaboração de uma ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade a ser impetrada no STF, cobrando a anulação do ato, frente ao reconhecimento desse próprio tribunal de que a mesma só foi aprovada em virtude do esquema de aliciamento de parlamentares.

Enquanto se especula se os responsáveis pelo mensalão vão ou não para a cadeia, é deixado de lado o que importa de fato nesta questão: fazer com que devolvam o dinheiro público e a anulação do que foi aprovado com a compra de votos, retirando direitos dos trabalhadores.

Se, por um lado, o funcionalismo federal se organiza para tentar reverter o duro ataque à previdência imposto pelo governo Lula em 2003, por outro, Dilma Rousseff, busca intensificar ainda mais esses ataques. Contando com o apoio das Centrais Sindicais aliadas, o governo petista quer substituir o famigerado “fator previdenciário” pela fórmula 85 – 95 (combinação de 60 anos de idade + 35 anos de contribuição e 55 anos de idade + 30 anos de contribuição para homens e mulheres, respectivamente). Porém, essa fórmula é só uma transição para chegar ao objetivo que perseguem o governo e a burguesia, ou seja, chegar a uma fórmula ideal de 95 – 105, decretando a aposentadoria dos trabalhadores às vésperas de sua morte.

Frente a essa realidade e a iminência dos ataques aos direitos previdenciários da classe trabalhadora em nosso país, a Reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS resolve:

- Apoiar e subscrever a campanha nacional pela anulação da reforma da previdência de 2003. Isso significa se ancorar nas atividades do funcionalismo federal nos estados e avançar para organizar as Três Esferas (municipal, estadual e federal), promovendo ações de agitação pública em torno do abaixo-assinado. Significa colocar bancas de coleta de assinaturas em prédio públicos, escolas, universidades e também nas portas de fábricas e canteiros de obras, por exemplo. Para além disso, é necessário levar a campanha para o conjunto da população, construindo atos públicos de coleta de assinaturas em praças e/ou locais de concentração pública, sobretudo nas capitais.
- Não depositamos nenhuma confiança no braço jurídico do Estado Capitalista, que é a justiça burguesa, no entanto, entendemos como correto explorar a contradição do sistema e seus poderes constituídos, na medida em que isso propicie questionar suas ações e abrir caminho para as lutas da classe. Por isso, a CSP-CONLUTAS também deve atuar no terreno jurídico e, neste sentido, participar, organizar e subscrever a ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade, junto com as demais entidades, com objetivo de propor a ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.
- Contra mais uma reforma da previdência, que neste momento se traveste de substituição do fator previdenciário pela fórmula 85 – 95, mas que na verdade rumo para 95 – 105. Exigimos o fim do fator previdenciário, nenhuma fórmula que retire conquistas e a manutenção do direito a aposentadoria por tempo de contribuição.
- Utilizar a luta contra a reforma da previdência e o abaixo-assinado pela anulação da previdência de 2003 como alavanca para a construção das caravanas de ativistas para a Marcha a Brasília do dia 24 de abril. (**Relatório da CSP-Conlutas disponível em www.cspconlutas.org.br**).

1- Discussão e deliberações:

Outras resoluções:

1. Fortalecer a campanha salarial deste ano em base aos pontos da pauta geral protocolada nas instâncias dos Três Poderes da República com ênfase na defesa da data-base em 1º de maio, reposição linear e anual, paridade entre ativos e aposentados, dentre outros.
2. No marco da campanha salarial desenvolver a luta contra os projetos que levam ao congelamento salarial (PLP-549/09) e propõem a demissão através do dispositivo de avaliação de desempenho (PL-248/96). No mesmo sentido, incorporar a luta sem tréguas contra a aprovação do PLS-728/11, que estabelece normas legais para o período de realização da Copa do Mundo-2014. Esse projeto de lei, de autoria do Senador Crivela, propõe leis de restrições às liberdades democráticas de reunião, manifestações públicas, exercício de greve, impondo penas draconianas de até 15, 20 anos ou mais de reclusão para quem as desobedecer. Não a esse verdadeiro AI-5 do século 21!
3. Repudiamos as tentativas do governo federal de aumentar a jornada de trabalho dos servidores do Ministério da Saúde e do INSS e orientamos que as entidades dos SPF representativas de tais segmentos, Fenasps, Condsef e CNTSS, articulem ações conjuntas para barrar estes ataques, para as quais contarão com o todo apoio de nossa Central.
4. Apoiar a iniciativa das entidades sindicais da educação e saúde federal em constituir um plebiscito sobre a EBSEH – empresa recém criada pelo governo federal que privatiza e precariza o trabalho nos hospitais universitários.

Finalizando a reunião foi aprovado um conjunto de moções em defesa das causas das(os) trabalhadoras(res).

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE

A reunião em pauta destaca a importância premente da ADUFERPE se inserir de forma orgânica na consolidação da CSP-Conlutas, tanto no nível local como nacional, por entender que as pautas da central estão em sintonia com as pautas das(os) trabalhadoras(res) e configura-se como um espaço privilegiado de unidade e luta.

Obs.: para consultar a íntegra da relatoria da CSP-Conlutas, acessar www.cspconlutas.org.br

Recife, 15 de março de 2013.
José Nunes da Silva.